

AUTOGRAFO DE LEI N.º 005 DE 05 DE MAIO DE 2014

Publicação por afixação no flanelógrafo do Paço da Câmara Municipal de Uruburetama em 05 de Maio de 2014, na forma do Art. 65º da Lei Orgânica Municipal e da Decisão firmada pelo STJ - Recurso Especial nº 105.232 (9600 6484/Ceará)


Raimundo Nonato Gomes Martins
Responsável

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

1

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São Estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

- I. As prioridades e metas da administração pública Municipal;
- II. A estrutura e organização dos orçamentos;
- III. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo, compreendidas os créditos adicionais;
- IV. As diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V. As disposições sobre receitas públicas municipais e alterações na legislação tributária;
- VI. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII. Das disposições sobre a dívida pública municipal;
- VIII. Das metas e riscos fiscais;
- IX. As disposições finais.

**CAPÍTULO I
PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2015 serão as especificadas no anexo que integra o PPA de 2014-2017, as quais terão precedência de recursos na Lei Orçamentária Anual, mas não se constituem em limite à programação das despesas.

§ 1º - As metas e prioridades constantes no anexo de que trata este artigo possui caráter apenas indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o processo de planejamento municipal, podendo, a lei orçamentária anual atualizá-las.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas de acordo com identificação constante do PPA 2014-2017, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO II ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

2

Art. 3º - O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício de 2015 deve assegurar os princípios da justiça, incluída a tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, observando o seguinte:

I - O princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;

II - o princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; e

III - o princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização de meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 4º - Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 5º - para efeito desta lei, entende-se por:

I - **Diretriz:** o conjunto de princípios que orienta a execução do Programa de Governo;

II - **Programa:** o instrumento de organização da atuação governamental visando à realização dos objetivos pretendidos, sendo definido por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

III - **Atividade:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de maneira contínua e permanente, resultando em um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV - **Projeto:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resultam um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental;



V - **Operação especial:** despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resultam um período e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - **Modalidade de Aplicação:** a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários; e

VII - **Unidade Orçamentária:** o menor nível de classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade e operação especial identificará a função e a sub função às quais de vincula.

Art. 6º - A mensagem do Poder Executivo que encaminhar o projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal, no prazo previsto no art. 42, § 5º da Constituição Estadual, será composta de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados e anexos do orçamento fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

III - demonstrativos estatísticos de previsão de receita;

IV - demonstrativo de previsão do Resultado Primário;

V - discriminação da legislação da receita referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Parágrafo único - Integrarão os anexos e quadros orçamentários consolidados a que se refere este artigo, os exigidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º - O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão as despesas por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, até os níveis das categorias econômicas, grupos de natureza da despesa e modalidades de aplicação, indicando ainda as fontes de recursos.

§ 1º - A classificação funcional programática seguirá o disposto na Portaria nº 042, de 14/04/1999, do Ministério de Orçamento e Gestão.

§ 2º - Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se expressam, serão aqueles constantes do Plano Plurianual 2014-2017.



§ 3º - Na indicação do grupo de despesa, a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/01, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações posteriores:

- I. Pessoal e Encargos Sociais (1);
- II. Juros e Encargos da Dívida (2);
- III. Outras despesas correntes (3);
- IV. Investimentos (4);
- V. Inversões Financeiras (5);
- VI. Amortizações da Dívida (6).

§ 4º - A reserva de contingência prevista nesta lei será identificada pelo dígito “9” no que se refere às categorias econômicas, aos grupos de natureza de despesa, às modalidades de aplicação e aos elementos de despesas.

Art. 8º - A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

- I - Às ações descentralizadas de saúde, assistência social e Educação;
- II - Atendimento de ações de alimentação escolar;
- III - Ao pagamento de precatórios judiciais;
- IV - Ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e
- V - Despesas classificadas como operações especiais.

CAPÍTULO III DOS RECURSOS CORRESPONDENTES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DESTINADAS AO PODER LEGISLATIVO, COMPREENDIDAS OS CRÉDITOS ADICIONAIS.

Art. 9º - Para fins do disposto neste capítulo, o Poder Legislativo Municipal encaminhará ao Poder Executivo até 20(vinte) dias do prazo previsto no § 5º, art. 42, da Constituição Estadual, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária anual, observadas as disposições desta lei.

Art. 10 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2015, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual definido pelo art. 29-A da Constituição da República, que será calculado sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2014, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º - Para efeitos do cálculo a que se refere o caput deste artigo, considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º - Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

- I - caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo;
- II - caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, prevalecerá como limite o valor fixado pelo Poder Legislativo.

Art. 11 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2014, ou, sendo esse valor superior ao orçamento do Legislativo, o limite de seus créditos orçamentários.

Art. 12 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Art. 13 - A Execução orçamentária do legislativo será independente, mas integrada ao executivo para fins de contabilização.

Parágrafo Único - Em não sendo possível a integração dos sistemas contábeis a Câmara Municipal enviará até o dia 5 do mês subsequente, a demonstração da execução orçamentária e contábil do mês e até o mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária para 2015 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada um dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados fiscais previstos na Lei Complementar nº 101/2000, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º - Para atender ao art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, os Poderes Legislativo e Executivo deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2015, programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes no mesmo, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 2º - Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o *caput* deste artigo, o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Administração Planejamento e Finanças, deverá manter atualizado endereço eletrônico, de livre acesso a todo o cidadão, com os dados e as informações descritas no art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 15- No projeto de lei orçamentária anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício de 2015, ficando o chefe do poder executivo autorizado a suplementar as dotações já previstas em até oitenta por cento do valor total da receita fixada, utilizando - se como fonte de recurso, os destinados no parágrafo primeiro artigo quarenta e três da lei numero quatro mil trezentos e vinte e dezessete de maço de mil novecentos de sessenta e quatro.

Art. 16- O orçamento do Município para o exercício de 2015 será elaborado visando garantir a gestão fiscal equilibrada dos recursos públicos e a viabilização da capacidade própria de investimentos.

Art. 17- Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I - ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União e ao Estado, ou com ações em que a Constituição Federal não estabeleça obrigação do Município em cooperar técnica e/ou financeiramente; e

II - clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuados:

- a) Os centros filantrópicos de educação infantil;
- b) As associações de pais e mestres das escolas municipais;
- c) Entidades sem fins lucrativos.

Art. 18 - Somente serão destinados recursos mediante projeto de lei orçamentária, a título de subvenção social, às entidades nas áreas de educação, saúde e assistência social para atendimento das despesas de custeio, conforme disposto no § 3º do art. 12 e nos arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/64, que preencham as seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita e continuada, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;

II - possuam Título de Utilidade Pública;

III - estejam registradas nos conselhos estaduais de Assistência Social, de Saúde ou de Educação, dependendo da área de atuação da entidade; e

IV - sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial.



Art. 19 – Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” e “contribuições” para entidades privadas sem lucrativos e desde que seja:

- I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportiva;
- II - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;
- III - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;
- IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Art. 20 – O projeto de lei orçamentária anual autorizará o Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal, a:

- I - transpor, remanejar ou transferir recurso, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, art. 167, da Constituição Federal.

§ 1º - A suplementação prevista no inciso I deste artigo destina-se a cobrir insuficiência de saldo de projetos, atividades e/ou operações especiais que necessitem de reforço orçamentário.

§ 2º - A suplementação orçamentária através do recurso previsto no inciso II, § 1º, art. 43 da Lei 4.320/64, poderá ser realizada até o total do montante do excesso de arrecadação apurado.

§ 3º - O Excesso de arrecadação provocado pelo recebimento de recursos de convênios não previstos no orçamento, ou previsto a menor, poderão ser utilizados como fontes para abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares, por ato do Executivo Municipal, prevista na Lei Orçamentária para o ano de 2015.

§ 4º - O excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei nº 4.320/1964 será apurado em cada fonte de recurso para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos arts. 8º parágrafo único e 50, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 5º - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um elemento econômico para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, não compreenderá o limite previsto no artigo quinze, e inciso I desta lei, ficando o chefe do poder executivo autorizado a suplementar as dotações já previstas em até oitenta por cento do valor total da receita fixada, utilizando – se como fonte de recurso, os definidos no parágrafo primeiro, artigo quarenta e três, de lei quatro mil trezentos e vinte e dezessete de março de mil novecentos e sessenta e quatro.



Art. 21 - A Lei Orçamentária Anual conterá Reserva De Contingência, limitados até cinco por cento da Receita Corrente Líquida prevista para o ano de 2015, a qual será utilizada para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme disposições contidas na letra "b" do inciso III do art. 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º - Para efeito desta lei, entende-se como eventos e riscos fiscais imprevistos, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal, não orçada ou orçada a menor e as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais, imprescindíveis às necessidades do poder público.

§ 2º - de acordo com o parágrafo anterior e conforme definido no *caput* deste artigo, a Reserva de Contingência poderá ser destinada para servir de fonte compensatória na abertura de créditos adicionais, de acordo com o inciso III, § 1º, art. 43, da Lei nº 4.320/64.

Art. 22 - As alterações do Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD - nos níveis de modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recurso, observados os mesmos grupos de despesas, categoria econômica, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentária, poderão ser realizados par atender às necessidades de execução.

Parágrafo Único - O Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, será detalhado em nível de elemento de despesa e alterado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal e por Decreto-legislativo do Presidente da Câmara Municipal no âmbito do Poder Legislativo ou mediante portaria dos Secretários Municipais das Unidades Gestoras mediante delegação de competência do Prefeito Municipal.

Art. 23 - a reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivado por decreto do Poder Executivo.

SEÇÃO II DAS TRANSFERÊNCIAS ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

Art. 24 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 25 - A transferência de Recursos públicos para pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I - a necessidade deve ser momentânea e recair sobre entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.



II - incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que dispuser lei municipal.

III - No que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficarão condicionados, além de pagamentos de encargos financeiros e juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo da captação, nos termos do que dispõe o art. 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

- a) Destinação de recursos através de fundo rotativo;
- b) Formalização de contrato;
- c) Aprovação de projeto pelo Poder Público;
- d) Acompanhamento da execução;
- e) Prestação de contas.

SEÇÃO III DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 26 - O orçamento fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento e fixarão as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas do governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 27 - Na estimativa da receita e na fixação da despesa do orçamento fiscal serão considerados:

- I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;
- II - o aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e
- III - as alterações tributárias, conforme disposições constantes nesta lei.

SEÇÃO IV DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 28 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, dentre outros, com os recursos provenientes:

- I - das receitas diretamente arrecadadas pelas entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata esta seção;
- II - de transferência de contribuição do Município;
- III - de transferências constitucionais;
- IV - de transferência de convênios.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA PÚBLICA MUNICIPAL E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA



SEÇÃO I
DA PREVISÃO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 29 - As receitas abrangerão a receita tributária, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, nos termos da Constituição Federal, e de acordo com a classificação definida pela Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001.

Parágrafo Único - As receitas previstas para o exercício de 2015 serão calculadas acrescidas do índice inflacionário previsto nos últimos doze meses, mais a tendência e comportamento da arrecadação municipal mês a mês e a expectativa de crescimento vegetativo, além da média ponderada dos últimos três exercícios financeiros, conforme demonstrativo estatístico de previsão de receitas anexa, que é parte integrante desta lei.

Art. 30 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de alterações na legislação tributária promovidas pelos Governos Federal e Estadual, ou por projeto de lei municipal que vier a ser aprovado.

Art. 31 - Na previsão da receita orçamentária, serão observados:

- I - as normas técnicas e legais;
- II - os efeitos das alterações na legislação;
- III - as variações de índices de preço;
- IV - o crescimento econômico do País.

Art. 32 - O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final par encaminhamento da proposta orçamentária, as estimativas das receitas para o exercício de 2015, incluindo-se a corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme disposto no § 3º, art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000.

SEÇÃO II
DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 33 - O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal, projetos de Leis dispendo sobre as alterações da legislação tributária do município, objetivando principalmente:

- I - Ajustar a legislação tributária vigente aos novos ditames impostos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município;
- II - adequar a tributação em função das características próprias do Município e em razão das alterações que vêm sendo processadas no contexto da economia nacional;
- III - dar continuidade ao processo de modernização e simplificação do sistema tributário municipal;
- IV - atingir as metas dos resultados fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.



Art. 34 - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária do Município, cabendo à Administração o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - a expansão do número de contribuintes;
- III - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

11

Art. 35 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos na Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no § 3º do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

SEÇÃO III DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 36 - Caso haja a necessidade de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, esta deverá ser demonstrada juntamente com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o ano 2015 e os dois exercícios seguintes.

§ 1º - As situações previstas no *caput* deste artigo para a concessão de renúncia de receita deverão atender a uma das seguintes condições:

- I - demonstração pelo Poder Executivo Municipal que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária anual, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas pelo Município;
- II - estar acompanhada de medidas de compensação no ano de 2013 e nos dois seguintes, por meio de aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos e contribuições.

§ 2º - A renúncia de receita prevista no parágrafo anterior compreende a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 37 - No exercício de 2015, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Legislativo e Executivo observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 e legislação municipal em vigor.

Parágrafo Único - A despesa total com pessoal não poderá ultrapassar, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício anterior, acrescida

de até 12% (doze por cento), se esta for inferior aos limites definidos na forma do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38 - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, inclusive reajustes, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos:

- I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- II - se observados os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); e
- III - se observada a margem de expansão das despesas de caráter continuado.

Art. 39 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou da validade dos contratos.

Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, no efeito do *caput* deste artigo, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

- I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;
- II - não seja inerente a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente; e
- III - não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 40 - A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operação de Crédito para atendimento à despesa de Capital, observado o limite de endividamento apurado até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, conforme exigências constantes nos arts 30, 31 e 32 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 41 - A contratação de Operações de Crédito dependerá de autorização legislativa em lei específica, consoante art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 42 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 40 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações restringidas nesta lei.



Art. 43 - É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade específica.

CAPÍTULO VIII **DAS METAS E RISCOS FISCAIS**

13

Art. 44 - É parte integrante desta lei, o Anexo de Metas Fiscais, onde estão estabelecidas as metas anuais, em valores constantes e correntes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública para o exercício 2015 e os dois seguintes.

§ 1º - O Anexo de metas fiscais será composto pelos seguintes demonstrativos, conforme modelos definidos pela Portaria nº 471, de 31.08.2004, da Secretaria do Tesouro Nacional:

- I. Demonstrativo I – Metas Anuais;
- II. Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III. Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV. Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- V. Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI. Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS;
- VII. Demonstrativo VII – Estimativa de Compensação da Renúncia de Receita;
- VIII. Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

§ 2º - Integra também esta lei o Anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas municipais, onde acompanha o Demonstrativo de Riscos e Providências definido pela Portaria STN nº 470, de 31.08.2004.

CAPÍTULO IX **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 45 - Os valores constantes do Anexo de Metas E Prioridades, devem ser vistos como indicativos e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a adequar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2013 ao Legislativo Municipal.

Art. 46 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de recursos orçamentários.



Art. 47 - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2014, fica autorizada a execução da proposta orçamentária em cada mês, até o limite de 1/12 de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

§ 1º - A utilização dos recursos autorizados neste artigo será considerada como antecipação de Créditos à conta da lei orçamentária anual.

§ 2º - Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo serão reajustados por Decreto do Poder Executivo Municipal, após sanção da lei orçamentária, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações orçamentárias.

§ 3º - Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas como:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - serviços da dívida;
- III - pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;
- IV - categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências Voluntárias da União e do Estado;
- V - categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação àqueles recursos previstos no inciso anterior.

Art. 48 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar as metas estabelecidas, os Poderes Executivo e Legislativo de forma proporcional às suas dotações adotarão o mecanismo de limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas:

- I. Redução de gastos com combustíveis para a frota de veículos;
- II. Racionalização dos gastos com diárias e viagens;
- III. Eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- IV. Redução de investimentos programados (aquisição de equipamentos e máquinas em geral);
- V. Contingenciamento das dotações para material de consumo e outros serviços das diversas atividades;
- VI. Eliminação de despesas com horas extras;
- VII. Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- VIII. Eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores; e
- IX. Exoneração de servidores ocupantes de cargos comissionados.

§ 1º - não serão objeto de limitação de empenhos as despesas que representem obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, incluindo-se as despesas com pessoal e encargos sociais.



§ 2º - Na limitação de empenho observar-se-á a restrição menos onerosa, em obediência ao princípio da razoabilidade.

Art. 49 - Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

- I - ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
- II - a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;
- III - à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;
- IV - a cessão de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município.

Art. 50 - Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000:

- I - Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres; e
- II - no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 51- Os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados a firmar convênios de cooperação técnica com entidades privadas voltadas para a defesa do municipalismo e da preservação da autonomia municipal, podendo repassar auxílios financeiros para as mesmas.

Art. 52 - A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar os custos de cada ação governamental.

Art. 53 - Entendem-se, para efeito do § 3º, do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, como despesa irrelevante, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Art. 54 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Câmara Municipal de Uruburetama, em 05 de Maio de 2014.


José Wellington Pinto
Presidente da Câmara Municipal de Uruburetama



2015 - ANEXO DE METAS FISCAIS

PREFEITURA:

Prefeitura Municipal de URUBURETAMA

TABELAS:

DEMONSTRATIVOS:

ASPEC - Assessoria, Processamento e Contabilidade S/C Ltda.
Rua Lauro Maia, nº 1120, bairro de Fátima, Fortaleza - Ceará

Fone: (85) 3464-2900
www.aspec.com.br
aspec@aspec.com.br

PREFEITURA Prefeitura Municipal de URUBURETAMA

ANO DE REFERÊNCIA	2015
--------------------------	------

	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017
% VALOR CORRENTE	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
	2014	2015	2016	2017
INDICE INFLACIONARIO %	5,91	5,60	5,30	5,20
VALOR CONSTANTE	0,96	0,91	0,89	0,89

	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017
PROJEÇÃO PIB (Estadual)	105.700.000,00	109.399.500,00	114.541.276,50	119.352.010,11	124.364.794,53

METODOLOGIA DE CÁLCULO - Exemplos:

1 -% Valor Corrente:

1.1 - O percentual projetado para o valor corrente tem por base o crescimento da receita municipal, na qual buscou-se extrair a média de arrecadação de exercícios anteriores a preços projetados para 2011 e 2012, conforme tendência macroeconômica projetada pelo Governo Federal.

2 -Valor constante:

2.1 -Para se achar o valor constante, utilizou-se um índice inflacionário de 4,50% (2009), 4,40% (2010), 4,00% (2011) e 4,00% (2012).
 2.2 - Para se calcular de imediato o valor constante, transformamos os percentuais acima em índices, os quais foram calculados de acordo com as fórmulas demonstradas na Portaria STN nº577/2008).

3 - PROJEÇÃO DO PIB (ESTADUAL):

3.1 - A projeção do PIB estadual tomou por base dados do IPEADATA, atualizado a preços de hoje através da expectativa de crescimento na ordem de 3,5%, 4,7%, 4,2% e 4,2%, para os exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012, respectivamente.
 3.2 - Os percentuais de crescimento do PIB estadual foram pesquisados no SEPLAN-MA.

OBS: Os campos na cor azul devem ser preenchidos, os demais são calculados, e qualquer dúvida sobre as informações a serem informadas nos demonstrativos devem ser tiradas através da 4ª Edição do Manual de Elaboração do RREO onde se encontra capítulo específico sobre os Anexos de Metas Fiscais.

**TOTAL DAS RECEITAS
2015**

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas		Estimadas					R\$ 1,00
	2013	2013	2014	2015	2016	2017		
RECEITAS CORRENTES	33.943.570,62	33.003.775,00	36.304.152,50	39.934.567,75	43.928.024,53	48.320.826,98		
Receita Tributária	673.275,29	692.719,00	761.990,90	838.189,99	922.008,99	1.014.209,89		
Impostos	631.643,99	676.326,00	743.958,60	818.354,46	900.189,91	990.208,90		
Taxas	41.631,30	16.393,00	18.032,30	19.835,53	21.819,08	24.000,99		
Receita de Contribuições	347.331,75	41.174,00	45.291,40	49.820,54	54.802,59	60.282,85		
Contribuições Sociais	-	207,00	227,70	250,47	275,52	303,07		
Contribuições Econômicas	347.331,75	40.967,00	45.063,70	49.570,07	54.527,08	59.979,78		
Receita Patrimonial	202.802,42	269.552,00	296.507,20	326.157,92	358.773,71	394.651,08		
Aplicações Financeiras	202.802,42	256.343,00	281.977,30	310.175,03	341.192,53	375.311,79		
Outras Receitas Patrimoniais	-	13.209,00	14.529,90	15.982,89	17.581,18	19.339,30		
Receita de Serviços	952,77	70.711,00	77.782,10	85.560,31	94.116,34	103.527,98		
Transferências Correntes	32.652.322,13	31.799.106,00	34.979.016,60	38.476.918,26	42.324.610,09	46.557.071,09		
Transferências da União	17.309.571,73	16.844.418,00	18.528.859,80	20.381.745,78	22.419.920,36	24.661.912,39		
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-		
Transferências dos Estados	3.238.159,59	2.797.904,00	3.077.694,40	3.385.463,84	3.724.010,22	4.096.411,25		
Transferências Multigovernamentais	12.045.775,81	11.755.517,00	12.931.068,70	14.224.175,57	15.646.593,13	17.211.252,44		
Transferências de Convênios	58.815,00	401.267,00	441.393,70	485.533,07	534.086,38	587.495,01		
Outras Receitas Correntes	66.886,26	130.513,00	143.564,30	157.920,73	173.712,80	191.084,08		
Multas e Juros de Mora	686,50	67.223,00	73.945,30	81.339,83	89.473,81	98.421,19		
Indenizações e Restituições	30.294,51	22.467,00	24.713,70	27.185,07	29.903,58	32.893,93		
Receita da Dívida Ativa	31.438,13	29.577,00	32.534,70	35.788,17	39.366,99	43.303,69		
Receitas Diversas	4.467,12	11.246,00	12.370,60	13.607,66	14.968,43	16.465,27		
RECEITAS DE CAPITAL	225.729,98	3.435.946,00	3.779.540,60	4.157.494,66	4.573.244,13	5.030.568,54		
Operações de crédito	-	-	-	-	-	-		
Amortização de empréstimos	-	-	-	-	-	-		
Alienações de Bens	-	19.463,00	21.409,30	23.550,23	25.905,25	28.495,78		
Transferência de Capital	225.729,98	3.416.483,00	3.758.131,30	4.133.944,43	4.547.338,87	5.002.072,76		
Transferência de Convênio	225.729,98	3.416.483,00	3.758.131,30	4.133.944,43	4.547.338,87	5.002.072,76		
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-		
TOTAL	34.169.300,60	36.439.721,00	40.083.693,10	44.092.062,41	48.501.268,65	53.351.395,52		

**TOTAL DE DESPESAS
2015**

R\$ 1,00

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizadas		Previsão				
	2013	2013	2013	2014	2015	2016	2017
DESPESAS CORRENTES (I)	32.341.716,07	31.584.486,12	31.584.486,12	34.742.935	38.217.228	42.038.951	46.242.846
Pessoal e Encargos Sociais	22.553.485,96	20.013.721,27	20.013.721,27	22.015.093,40	24.216.602,74	26.638.263,01	29.302.089,31
Juros e Encargos da Dívida	-	10.500,00	10.500,00	11.550,00	12.705,00	13.975,50	15.373,05
Outras Despesas Correntes	9.788.230,11	11.560.264,85	11.560.264,85	12.716.291,34	13.987.920,47	15.386.712,52	16.925.383,77
DESPESAS DE CAPITAL (II)	1.488.056,69	4.688.077,88	4.688.077,88	5.156.885,67	5.672.574,23	6.239.831,66	6.863.814,82
Investimentos	1.050.726,86	3.819.745,88	3.819.745,88	4.201.720,47	4.621.892,51	5.084.081,77	5.592.489,94
Inversões Financeiras	-	30.193,00	30.193,00	33.212,30	36.533,53	40.186,88	44.205,57
Amortização Financeira	437.329,83	838.139,00	838.139,00	921.952,90	1.014.148,19	1.115.563,01	1.227.119,31
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	167.157,00	167.157,00	183.872,70	202.259,97	222.485,97	244.734,56
TOTAL	33.829.772,76	36.439.721,00	36.439.721,00	40.083.693	44.092.062	48.501.269	53.351.396


**METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO
2015**

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas						
	2013	2013	2014	2015	2016	2017	
RECEITAS CORRENTES (I)	33.943.571	33.003.775	36.304.153	39.934.568	43.928.025	48.320.827	
Receita Tributária	673.275	692.719	761.991	838.190	922.009	1.014.210	
Receita de Contribuição	347.332	41.174	45.291	49.821	54.803	60.283	
Receita Patrimonial	202.802	269.552	296.507	326.158	358.774	394.651	
Aplicações Financeiras (II)	202.802	256.343	281.977	310.175	341.193	375.312	
Outras Receitas Patrimoniais	-	13.209	14.530	15.983	17.581	19.339	
Receita de Serviços	953	70.711	77.782	85.560	94.116	103.528	
Transferências Correntes	32.652.322	31.799.106	34.979.017	38.476.918	42.324.610	46.557.071	
Demais Receitas Correntes	66.886	130.513	143.564	157.921	173.713	191.084	
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	33.740.768	32.747.432	36.022.175	39.624.393	43.586.832	47.945.515	
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	225.730	3.435.946	3.779.541	4.157.495	4.573.244	5.030.569	
Operações de Crédito (V)	-	-	-	-	-	-	
Amortização de Empréstimos (VI)	-	-	-	-	-	-	
Alienação de Ativos (VII)	-	19.463	21.409	23.550	25.905	28.496	
Transferência de Capital	225.730	3.416.483	3.758.131	4.133.944	4.547.339	5.002.073	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV-V-VI-VII)	225.730	3.416.483	3.758.131	4.133.944	4.547.339	5.002.073	
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)	33.966.498	36.163.915	39.780.307	43.758.337	48.134.171	52.947.588	
DESPESAS CORRENTES (X)	32.341.716	31.584.486	34.742.935	38.217.228	42.038.951	46.242.846	
Pessoal e Encargos Sociais	22.553.486	20.013.721	22.015.093	24.216.603	26.638.263	29.302.089	
Juros e Encargos da Dívida (XI)	-	10.500	11.550	12.705	13.976	15.373	
Outras Despesas Correntes	9.788.230	11.560.265	12.716.291	13.987.920	15.386.713	16.925.384	
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	32.341.716	31.573.986	34.731.385	38.204.523	42.024.976	46.227.473	
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	1.488.057	4.688.078	5.156.886	5.672.574	6.239.832	6.863.815	
Investimentos	1.050.727	3.819.746	4.201.720	4.621.893	5.084.082	5.592.490	
Inversões Financeiras	-	30.193	33.212	36.534	40.187	44.206	
Amortização da Dívida (XIV)	437.330	838.139	921.953	1.014.148	1.115.563	1.227.119	
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	1.050.727	3.849.939	4.234.933	4.658.426	5.124.269	5.636.696	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-	167.157	183.873	184.057	184.241	184.425	
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	33.392.443	35.591.082	39.150.190	43.047.006	47.333.485	52.048.593	
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	574.055	572.833	630.116	711.331	800.686	898.994	

**METAS FISCAIS - RESULTADO NOMINAL
2015**

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.970.613,47	4.367.674,82	4.804.442,30	5.284.886,53	5.813.375,18
DEDUÇÕES (II)	(267.188,39)	(293.907,23)	(323.297,95)	(355.627,75)	(391.190,52)
Ativo Disponível	3.164.146,15	3.480.560,77	3.828.616,84	4.211.478,53	4.632.626,38
Haveres Financeiros	194.015,89	213.417,48	234.759,23	258.235,15	284.058,66
(-) Obrigações Financeiras	3.625.350,43	3.987.885,47	4.386.674,02	4.825.341,42	5.307.875,56
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.237.801,86	4.661.582,05	5.127.740,25	5.640.514,28	6.204.565,70
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	4.237.801,86	4.661.582,05	5.127.740,25	5.640.514,28	6.204.565,70
RESULTADO NOMINAL	(77.828,32)	423.780,19	466.158,20	512.774,03	564.051,43

Valor da Dívida Consolidada Líquida em 2012: **4.315.630,18**

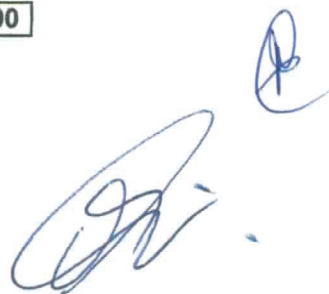



**META FISCAL - MONTANTE DA DÍVIDA
2015**

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.970.613,47	4.367.674,82	4.804.442,30	5.284.886,53	5.813.375,18
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	3.970.613,47	4.367.674,82	4.804.442,30	5.284.886,53	5.813.375,18
DEDUÇÕES (II)	(267.188,39)	(293.907,23)	(323.297,95)	(355.627,75)	(391.190,52)
Ativo Disponível	3.164.146,15	3.480.560,77	3.828.616,84	4.211.478,53	4.632.626,38
Haveres Financeiros	194.015,89	213.417,48	234.759,23	258.235,15	284.058,66
(-) Restos a Pagar Proc.	3.625.350,43	3.987.885,47	4.386.674,02	4.825.341,42	5.307.875,56
DCL (III) = (I - II)	4.237.801,86	4.661.582,05	5.127.740,25	5.640.514,28	6.204.565,70

**METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2015**

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2013	II - Metas Realizadas em 2013
I - Receita Total	36.439.721,00	34.169.300,60
II - Receitas Não-Financeiras	36.163.915,00	33.966.498,18
III - Despesas Total	36.439.721,00	33.829.772,76
IV - Despesas Não-Financeiras	35.591.082,00	33.392.442,93
V - Resultado Primário (II - IV)	572.833,00	574.055,25
VI - Resultado Nominal	(77.828,32)	(77.828,32)
VII - Dívida Pública Consolidada	3.970.613,47	3.970.613,47
VIII - Dívida Consolidada Líquida	4.237.801,86	4.237.801,86
VALOR DO PIB ESTADUAL	105.700.000.000,00	



**METAS FISCAIS DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2015**

ESPECIFICAÇÃO	Corrente						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Receita Total	34.169.300,60	36.439.721,00	-	-	48.501.268,65	53.351.395,52	
Receitas Não-Financeiras (I)	33.966.498,18	36.163.915,00	39.780.306,50	43.758.337,15	48.134.170,87	52.947.587,95	
Despesas Total	33.829.772,76	36.439.721,00	40.083.693,10	44.073.859,01	48.463.023,31	53.291.085,82	
Despesas Não-Financeiras (II)	33.392.442,93	35.591.082,00	39.150.190,20	43.047.005,82	47.333.484,80	52.048.593,46	
Resultado Primário (I - II)	574.055,25	572.833,00	630.116,30	711.331,33	800.686,06	898.994,49	
Resultado Nominal	(77.828,32)	(77.828,32)	423.780,19	466.158,20	512.774,03	564.051,43	
Dívida Pública Consolidada	3.970.613,47	3.970.613,47	4.367.674,82	4.804.442,30	5.284.886,53	5.813.375,18	
Dívida Consolidada Líquida	4.237.801,86	4.237.801,86	4.661.582,05	5.127.740,25	5.640.514,28	6.204.565,70	

ESPECIFICAÇÃO	Constante						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Receita Total	34.169.300,60	34.169.300,60	-	-	43.166.129,10	47.482.742,01	
Receitas Não-Financeiras (I)	33.966.498,18	33.966.498,18	38.189.094,24	39.655.555,46	42.839.412,07	47.123.353,28	
Despesas Total	33.829.772,76	33.829.772,76	38.480.345,38	39.941.493,99	43.132.090,75	47.429.066,38	
Despesas Não-Financeiras (II)	33.392.442,93	33.392.442,93	37.584.182,59	39.010.918,56	42.126.801,48	46.323.248,18	
Resultado Primário (I - II)	574.055,25	574.055,25	604.911,65	644.636,90	712.610,59	800.105,10	
Resultado Nominal	(77.828,32)	(77.828,32)	406.828,98	422.451,21	456.368,88	502.005,77	
Dívida Pública Consolidada	3.970.613,47	3.970.613,47	4.192.967,82	4.353.977,79	4.703.549,01	5.173.903,91	
Dívida Consolidada Líquida	4.237.801,86	4.237.801,86	4.475.118,76	4.646.963,32	5.020.057,71	5.522.063,48	

(Handwritten mark)



(Handwritten signature)

**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2015**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	2012	2011
Patrimônio/Capital	19.086.735,01		
Reservas			
Resultado Acumulado	4.622.513,82		

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	2012	2011
Patrimônio/Capital			
Reservas			
Resultado Acumulado			



**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2015**

RECEITAS REALIZADAS	2013	2012	2011
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-

DESPESAS LIQUIDADAS	2013	2012	2011
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	-
DESPESAS FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	-

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2015**

RECEITAS REALIZADAS	2011	2012	2013
RECEITAS CONCORRENTES	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Outras receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercício	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercícios Anteriores	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT	-	-	-
OUTROS APORTES AO RPPS	-	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2011	2012	2013
ADMINISTRAÇÃO GERAL	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	-	-	-
Compensação Previd. de Pensão entre RPPS e RGPS	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	-

Prefeitura Municipal de URUBURETAMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2015

LRP, art 4º, § 1º	EVENTO	VALOR PREVISTO 2015
	Aumento Permanente da Receita	-
	(-) Aumento Referente a Transferência Constitucionais	-
	(-) Aumento Referente a Transferência do FUNDEB	-
	Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	-
	Redução Permanente de Despesa (II)	-
	Margem Bruta (III) = (I + II)	-
	Saldo Utilizado (IV)	-
	Impacto de Novas DOCC	-
	Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	-

R\$ 1,00

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2015**

EVENTO	VALOR PREVISTO 2015
Aumento Permanente da Receita	-
(-) Aumento Referente a Transferência Constitucionais	-
(-) Aumento Referente a Transferência do FUNDEG	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	-
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I + II)	-
Saldo Utilizado (IV)	-
Impacto de Novas DOCC	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	-



Prefeitura Municipal de URUBURETAMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I - METAS ANUAIS
2015

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2013			2014			2015		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (b) = (a / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (d) = (c / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (d) = (c / PIB) x 100
Receita Total	44.092.062,41	-	-	48.501.268,65	43.166.129,10	0,04	53.351.395,52	47.482.742,01	0,04
Receitas Primárias (I)	43.758.337,15	39.655.555,46	0,03	48.134.170,87	42.839.412,07	0,04	52.947.587,95	47.123.353,28	0,04
Despesa Total	44.092.062,41	39.941.493,99	0,03	48.501.268,65	43.132.090,75	0,04	53.291.085,82	47.429.066,38	0,04
Despesas Primárias (II)	43.047.005,82	39.010.918,56	0,03	47.333.484,80	42.126.801,48	0,04	52.048.593,46	46.323.248,18	0,04
Resultado Primário (I - II)	711.331,33	644.636,90	0,00	800.686,06	712.610,59	0,00	898.994,49	800.105,10	0,00
Resultado Nominal	466.158,20	422.451,21	0,00	512.774,03	456.368,88	0,00	564.051,43	502.005,77	0,00
Dívida Pública Consolidada	4.804.442,30	4.353.977,79	0,00	5.284.886,53	4.703.549,01	0,00	5.813.375,18	5.173.903,91	0,00
Dívida Consolidada Líquida	5.127.740,25	4.646.963,32	0,00	5.640.514,28	5.020.057,71	0,00	6.204.565,70	5.522.063,48	0,00

Fonte: IPEADATA / IPECE - CE / Relatórios da LRF

Prefeitura Municipal de URUBURETAMA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 2015

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2013	% PIB	II - Metas Realizadas em 2013	% PIB	Variação (II - I)	
					Valor	%
I - Receita Total	36.439.721,00	0,03	34.169.300,60	0,03	(2.270.420,40)	(0,00)
II - Receitas Primárias (I)	36.163.915,00	0,03	33.966.498,18	0,03	(2.197.416,82)	(0,00)
III - Despesa Total	36.439.721,00	0,03	33.829.772,76	0,03	(2.609.948,24)	(0,00)
IV - Despesas Primárias (II)	35.591.082,00	0,03	33.392.442,93	0,03	(2.198.639,07)	(0,00)
V - Resultado Primário (I - II)	572.833,00	0,00	574.055,25	0,00	1.222,25	0,00
VI - Resultado Nominal	(77.828,32)	(0,00)	(77.828,32)	(0,00)	-	-
VII - Dívida Pública Consolidada	3.970.613,47	0,00	3.970.613,47	0,00	-	-
VIII - Dívida Consolidada Líquida	4.237.801,86	0,00	4.237.801,86	0,00	-	-

Fonte: IPEADATA / IPECE - CE ; Relatórios da LRF da Prefeitura

Prefeitura Municipal de URUBURETAMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2015

LRF, art 4º, § 2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES								
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Receita Total	36.439.721,00	-	(100,00)	-	-	48.601.268,65	-	53.351.395,52	10,00
Receitas Primárias (I)	36.163.915,00	39.780.306,50	10,00	43.758.337,15	10,00	48.134.170,87	10,00	52.947.587,95	10,00
Despesa Total	36.439.721,00	40.083.693,10	10,00	44.073.859,01	9,95	48.463.023,31	9,96	53.291.085,82	9,96
Despesas Primárias (II)	35.591.082,00	39.150.190,20	10,00	43.047.005,82	9,95	47.333.484,80	9,96	52.048.593,46	9,96
Resultado Primário (I - II)	572.833,00	630.116,30	10,00	711.331,33	12,89	800.686,06	12,56	898.994,49	12,28
Resultado Nominal	(77.828,32)	423.780,19	-	466.158,20	-	512.774,03	-	564.051,43	-
Dívida Pública Consolidada	3.970.613,47	4.367.674,82	-	4.804.442,30	-	5.284.886,53	-	5.813.375,18	-
Dívida Consolidada Líquida	4.237.801,86	4.661.582,05	-	5.127.740,25	-	5.640.514,28	-	6.204.565,70	-

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES								
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Receita Total	34.169.300,60	-	(100,00)	-	-	43.166.129,10	-	47.482.742,01	10,00
Receitas Primárias (I)	33.966.498,18	38.189.094,24	12,43	39.655.555,46	3,84	42.839.412,07	8,03	47.123.353,28	10,00
Despesas Total	33.829.772,76	38.480.345,38	13,75	39.941.493,99	3,80	43.132.090,75	7,99	47.429.066,38	9,96
Despesas Primárias (II)	33.392.442,93	37.584.182,59	12,55	39.010.918,56	3,80	42.126.801,48	7,99	46.323.248,18	9,96
Resultado Primário (I - II)	574.055,25	604.911,65	5,38	644.636,90	6,57	712.610,59	10,54	800.105,10	12,28
Resultado Nominal	(77.828,32)	406.828,98	-	422.451,21	3,84	456.368,88	-	502.005,77	-
Dívida Pública Consolidada	3.970.613,47	4.192.967,82	-	4.353.977,79	3,84	4.703.549,01	-	5.173.903,91	-
Dívida Consolidada Líquida	4.237.801,86	4.475.118,76	-	4.646.963,32	3,84	5.020.057,71	-	5.522.063,48	-

Fonte: IPEADATA / IPECE – CE / Relatórios da LRF da Prefeitura

Prefeitura Municipal de URUBURETAMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2015

LRF, art 4º, § 2º, inciso III

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	19.086.735,01	80,50	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
Reservas	-	-	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
Resultado Acumulado	4.622.513,82	19,50	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
TOTAL	23.709.248,83	100,00	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
Reservas	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
Resultado Acumulado	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
TOTAL	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!

Fonte: IPEADATA / IPECE – CE ; Relatórios da LRF da Prefeitura



Prefeitura Municipal de URUBURETAMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2015

LRF, art 4º, § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2013	2012	2011
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
TOTAL (I)	-	-	-

DESPESAS LIQUIDADAS	2013	2012	2011
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	-
DESPESAS FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	-
TOTAL (II)	-	-	-
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	-	-	-

Fonte: IPEADATA / IPECE – CE ; Relatórios da LRF da Prefeitura

Prefeitura Municipal de URUBURETAMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VI - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2015

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2011	2012	2013
RECEITAS CONCORRENTES (I)	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Outras receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS (III)	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercício	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercícios Anteriores	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (IV)	-	-	-
OUTROS APORTES AO RPPS (V)	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (I + II + III + IV + V)	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2011	2012	2013
ADMINISTRAÇÃO GERAL (VII)	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL (VIII)	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	-	-	-
Compensação Previd. de Pensão entre RPPS e RGPS	-	-	-
RESERVA DO RPPS (IX)	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (X) = (VII + VIII + IX)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (VI - X)	-	-	-
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	-

Fonte: Balancetes do RPPS

Prefeitura Municipal de URUBURETAMA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
 2015

LRF, art 4º, § 1º

R\$ milhares

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL (b)	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	REPASSE RECEBIDO P/COBERTURA DE
	#REF!	Valor (c) #REF!	Valor (d) #REF!	Valor (b+c+d) #REF!	#REF!
2005	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!	#REF!
2006	-	-	-	-	-
2007	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-
2010	1	-	-	-	-
2011	VALOR PREVIS	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-
2015	-	-	-	-	-
2016	-	-	-	-	-
2017	-	-	-	-	-
2018	-	-	-	-	-
2019	-	-	-	-	-
2020	-	-	-	-	-
2021	-	-	-	-	-
2022	-	-	-	-	-
2023	-	-	-	-	-
2024	-	-	-	-	-
2025	-	-	-	-	-
2026	-	-	-	-	-
2027	-	-	-	-	-
2028	-	-	-	-	-
2029	-	-	-	-	-
2030	-	-	-	-	-
2031	-	-	-	-	-
2032	-	-	-	-	-
2033	-	-	-	-	-
2034	-	-	-	-	-
2035	-	-	-	-	-
2036	-	-	-	-	-
2037	-	-	-	-	-
2038	-	-	-	-	-
2039	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de URUBURETAMA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 2015

LRF, art 4º, § 1º

R\$ milhares

EVENTO	VALOR PREVISTO 2015
Aumento Permanente da Receita	-
(-) Aumento Referente a Transferência Constitucionais	-
(-) Aumento Referente a Transferência do FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	-
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I + II)	-
Saldo Utilizado (IV)	-
Impacto de Novas DOCC	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	-

